

Istoé

23/7/1986

BRASIL

Estabilidade até as últimas conseqüências

Governo reage à ofensiva contra o Plano Cruzado com as armas que um Estado forte lhe dá

O governo está disposto a jogar todo o poder do Estado sobre as fichas que empenhou no Plano de Estabilização Econômica. O presidente José Sarney deixou isso claro na semana passada, ao constatar que tentavam empurrá-lo para fora da mesa com manobras e conflitos que tinham como alvo o Plano Cruzado. A carne praticamente sumira dos balcões de todos os açougues do país; duas pessoas haviam sido mortas num conflito entre policiais militares e bóias-frias na cidade de Leme, a 180 quilômetros de São Paulo; o Ministério do Trabalho contabilizara a realização de quase uma centena e meia de greves desde 22 de fevereiro passado. Espremido entre um locaute maldisfarçado de pecuaristas e um surto de greves comandado por organizações sindicais, o governo resolveu abrir os cotovelos com energia e mostrar suas cartas.

Aos produtores de carne e aos comerciantes que insistem em burlar o congelamento exibiu-se a Lei Delegada nº 4, que permite desde o confisco de estoques até o fechamento de caças comerciais — e várias delas foram fechadas no Rio de Janeiro, quarta-feira. Além disso, determinou-se a importação de alimentos, enquanto blitz fiscalizatórias descobriam nos frigoríficos do Sul do país cerca de 12 mil toneladas de carne escondidas. O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, ordenou que se façam auditorias nas declarações de Imposto de Renda dos pecuaristas. A retaliação provocou ira imediata em entidades de classe de ruralistas, comerciantes e industriais, vazada em duras notas à imprensa contra a ofensiva do governo. Não houve muito eco em Brasília, onde já se tratava de dar um nó na outra ponta da corda, puxada principalmente por sindicalistas ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Na verdade, discutia-se no Palácio do Planalto a teoria dos extremos que se atraem — esquerda e direita, crê o governo, alimentam-se mutuamente do processo político brasileiro e podem terminar abalando a estrutura ainda incipiente do processo democrático. Há suspeitas de que nos incidentes de Leme pode estar envolvida a União Democrática Ruralista (UDR), braço político dos proprietários de terra mais conservadores. Não por acaso, anotou-se no Planalto, depois do conflito aumentaram as ofertas de bois para os leilões da UDR. No próprio palácio circulavam posições até certo ponto extremistas quanto à questão. Interlocutores militares repisavam a tecla de que cabia à CUT a culpa por tudo, quando, quarta-feira, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, entrou no gabinete de Sarney carregado de razões moderadoras. De fato a CUT estava envolvida com os movimentos grevistas até o pescoço, argumentou o ministro — mas nem todas as greves eram culpa da central controlada pelo Partido dos Trabalhadores. É certo, também, que onde age a CUT os ânimos se exacerbam. Mas da não pode ser responsabilizada por todos os conflitos.

Ao abrir o leque da discussão para a nova situação econômica, Pazzianotto defendeu a tese de que no fundo alguns males que afligem o governo são fruto do próprio Plano Cruzado — como há mais dinheiro, há mais consumo e, em conseqüência, escassez de alguns produtos. De fato, no caso da carne, por exemplo, o Ministério da Agricultura constatou um aumento de consumo da ordem de 14,3%, após o Plano Cruzado. O brasileiro passou a consumir 16 quilos por ano, contra 14 registrados até fevereiro. Além disso, prosseguiu o ministro, como a indústria está crescendo, há maior margem para barganhas salariais e, portanto, maior incentivo à greve. Ao final Pazzianotto saiu do gabinete presidencial com uma vitória saborosa:

a decisão do Brasil de aderir à Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, que estabelece a pluralidade sindical — uma mesma categoria de trabalhadores se dividir em vários sindicatos, na mesma base. Atualmente a legislação brasileira só permite uma entidade por categoria, por base territorial.

O argumento de Pazzianotto é de que a Convenção 87 estabelece uma prática sindical mais democrática. A CUT defende a pluralidade sindical ao contrário de entidades sob o controle dos partidos comunistas, favoráveis a um sindicato apenas por base. Não se sabe, contudo se com esta decisão o ministro do Trabalho pretendeu oferecer um doce para acalmar a CUT, com cujos dirigentes se encontra esta semana, ou se embrulhou um presente de grego. Há sólidas razões para se crer que, num sindicalismo ainda frágil como o brasileiro, o pluralismo só serviria para pulverizar ainda mais a força destas entidades.

Por mais didática que pudesse ter sido, a conversa do ministro do Trabalho não foi capaz de exorcizar todos os demônios que rondam o Planalto. A teoria dos extremos corria solta, principalmente se analisadas as últimas manifestações á esquerda, com a CUT, e à direita, com a UDR. "A CUT existe para fazer greve", sentenciou o presidente da central, Jair Meneguelli, ao recusar qualquer responsabilidade ou prejuízo político em função do incidente em Leme, do qual participaram também três deputados do PT — um deles, José Genoíno, a bordo de um automóvel da Assembléia Legislativa de São Paulo com chapa fria. O argumento de Meneguelli é perigoso, pois algum policial militar envolvido nas mortes em Leme também poderá chegar ao absurdo de sentenciar que "um revólver calibre 38 existe para dar tiros". Nesta cadeia de supostas obviedades, chega-se facilmente aos argumentos não menos condenáveis da UDR, que, no sábado, 12, elegeu o médico Ronaldo Caiado, 38 anos, seu presidente nacional.

Os extremos se tocam, outra vez. O deputado Genoíno prometeu processar vários órgãos de imprensa que estariam, a seu ver, deturpando as informações sobre o conflito em Leme. Durante a eleição de Caiado, o vice-presidente da UDR, Altair Veloso, garantiu: "Os jornalistas da imprensa escrita são todos vermelhos. Os de televisão são todos homossexuais". No mesmo diapasão, perorando contra a reforma agrária, outro vice-presidente da UDR, Hugo Saraiva, gritou: "Não podemos deixar que o Brasil seja o quintal do Vaticano". Entre CUT e UDR, o governo Sarney tenta manter seu projeto econômico e o compromissos no campo social. Volta-se a falar em pacto. Aos teóricos do Planalto obcecados com a teoria dos extremos vale lembrar uma profecia do ex-presidente chileno Salvador Allende, feita pouco tempo antes de ser derrubado e morto: "A extrema esquerda e a extrema direita caminham em círculos se encontram às minhas costas para apunhalar a democracia". O Brasil de hoje pouco tem a ver com o Chile de 1973. Mas o pouco — um processo democrático — é essencial.

(Páginas 22 e 23)